



I – TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Identifique as hipóteses de incidência de controle de constitucionalidade preventivo existentes no Brasil. Resposta objetivamente justificada.

2ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

O que são elementos de estabilização constitucional? A que se destinam? Resposta objetivamente justificada.



II – DIREITO CIVIL

1ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Astrogildo, na condição de viúvo, adquire o imóvel Y na cidade do Rio de Janeiro, em condomínio com seu filho Cairo. Passados alguns anos, Astrogildo estabelece união estável com Bianca, passando o casal a residir no referido imóvel Y. Cairo sempre residiu em São Paulo. Restou lavrada a respectiva escritura pública de reconhecimento da união estável entre Astrogildo e Bianca, união essa que perdurou por mais de dez anos, até o falecimento de Astrogildo. Bianca, na qualidade de cônjuge sobrevivente, pleiteia o direito de continuar a residir no imóvel (direito real de habitação), insurgindo-se Cairo, por entender que não haveria o referido direito.

Indaga-se: No caso narrado na problematização, existe o direito real de habitação a favor de Bianca? Responda fundamentadamente.

2ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

André, septuagenário, e Alzira, sexagenária, celebram escritura pública de união estável quando o primeiro contava com 75 (setenta e cinco) e a segunda, 64 (sessenta e quatro) anos de idade. A referida escritura marcou o início da convivência de ambos, que, também de livre e espontânea vontade, firmaram escritura de pacto antenupcial, no qual estipularam termos mais protetivos ao patrimônio de cada um.

Pergunta-se: Qual é o regime de bens a ser adotado? Aplica-se ao caso o enunciado da Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal? Em caso de falecimento de André, haveria direito a meação ou de sucessão em favor da companheira Alzira? Responda fundamentadamente a todas as questões.



III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

O autor propôs ação por responsabilidade civil, alegando ter sido atropelado pelo réu quando caminhava no acostamento. Citado, esse último reconhece o atropelamento, mas sustenta que o autor, em verdade, atirou-se na frente do veículo, em uma aparente tentativa de suicídio. Supondo inexistir nenhuma outra prova exceto a confissão, nos termos acima, como você julgaria o pedido? Procedente ou improcedente? Por quê?

2ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Qual é a consequência do reconhecimento do pedido feito por um dos litisconsortes passivos?



IV – DIREITO EMPRESARIAL

1ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Um consumidor emitiu dois cheques a um fornecedor. O primeiro foi apresentado e estava sem suficiente provisão de fundos, por isso o fornecedor o protestou. O segundo cheque, o fornecedor sequer apresentou, deixando transcorrer o prazo de apresentação. Após findo esse prazo, o fornecedor endossou o cheque para um terceiro. O consumidor fez um acordo com o fornecedor, quitou a dívida e recebeu o documento de quitação e anuência com o levantamento do protesto. Todavia o fornecedor nada fez para cessar os efeitos do cheque que foi protestado.

Pergunta: Quando um cheque de um consumidor a um fornecedor é protestado, incumbe ao devedor ou ao credor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto? E quanto ao endosso, é lícito endossar um cheque após ter acabado o prazo de apresentação sem que esta tenha ocorrido?

2ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Uma associação sem fins lucrativos, mas que pratica atividades econômicas, enfrenta grave crise financeira, periclitando de forma importante o pagamento dos credores. Ocorre que os gestores percebem que há possibilidade de ela se reestruturar e seguir com suas atividades econômicas desde que seja estabelecido um plano de pagamento para equacionar suas dívidas.

Pergunta: Nesse caso, embora seja uma associação sem fins lucrativos, como tem finalidade econômica e desenvolve atividades econômicas, ela detém legitimidade para requerer recuperação judicial?



V – DIREITO PENAL

1ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Tício, cidadão desempregado, sem-teto e em situação de vulnerabilidade social, foi condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade e ao pagamento de multa. Após o cumprimento integral da pena de reclusão e diante da impossibilidade de efetuar o pagamento da multa, solicitou ao juízo da execução penal a extinção da sua punibilidade. O juízo indeferiu o requerimento, afirmando o caráter criminal da pena de multa, cujo inadimplemento impediria a extinção da punibilidade.

Comente a decisão judicial fundamentadamente.

2ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Mévio antecipa mentalmente realizar a subtração de valiosas joias que se encontravam no cofre de uma residência. Planeja realizar o furto mediante o arrombamento de uma porta lateral da casa após desativar o sistema de proteção, utilizando a senha anteriormente obtida. Ao chegar no portão da residência, ainda na via pública, inicia o acesso à rede sem fio para desativar o sistema de proteção. Entretanto, não consegue fazê-lo porque a senha de acesso havia sido alterada. Mévio avalia que, mesmo dispondo de tempo suficiente para a subtração mediante arrombamento antes da chegada de agentes de segurança em decorrência do aviso eletrônico de invasão da casa, o risco da empreitada seria muito grande e decide adiar a execução da subtração até a obtenção do novo código de acesso ao sistema de monitoramento.

Mévio poderá ser responsabilizado penalmente? Fundamente.



VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Vagner da Silva, com 18 anos de idade, na garupa de uma motocicleta conduzida por pessoa não identificada e exibindo uma arma de fogo, aproximou-se de Maria José, que aguardava um ônibus, e subtraiu o telefone celular da vítima, fato ocorrido no dia 10/04/22, às 23:00h, na Barra da Tijuca. A vítima, logo após ser desapossada do seu bem, comunicou o roubo à Polícia Militar, indo em seguida à delegacia mais próxima para registrar ocorrência. A notícia imediatamente foi transmitida via rádio aos policiais militares em patrulhamento pela região. Por volta das 23:20h, os assaltantes descritos pela vítima foram avistados trafegando de moto no Recreio dos Bandeirantes, iniciando-se intensa perseguição policial. Em Campo Grande, os policiais alcançaram a motocicleta quando esta tombou em um quebra-molas, conseguindo deter Vagner, que, caído no chão, estava na posse do celular subtraído. O condutor da moto conseguiu fugir pela mata. O auto de prisão em flagrante, então, foi lavrado na Delegacia de Polícia de Campo Grande. Em audiência de custódia, a defesa de Vagner requereu o relaxamento da prisão, sustentando a nulidade do auto de prisão em flagrante sob os seguintes fundamentos: a) lavrado por autoridade policial sem atribuição, uma vez que o delito se consumou na circunscrição da Barra da Tijuca; b) ausente o defensor durante a lavratura do APF, o que seria indispensável, inclusive devido à idade do preso; c) ausente o estado de flagrância, porquanto a perseguição não se deu logo após a subtração.

Enfrente as questões suscitadas de modo fundamentado.



2ª Questão - Valor: 6 (seis) pontos

Mariano e Silvério, em concurso de ações e desígnios, imbuíram-se do propósito de roubar veículos automotores. Então, no dia 09/09/21, por volta das 23:00 horas, mediante emprego de arma de fogo, na Comarca de Petrópolis, subtraíram o táxi de Francisco. Os assaltantes puseram-se em fuga na posse do táxi roubado e, em continuidade àquele propósito, já na Comarca de Magé, interceptaram o veículo VW, modelo Golf, de propriedade de Renato, roubando-o também mediante o mesmo proceder, o que se deu por volta de 0:30h do dia 10/09/21. Francisco registrou ocorrência na delegacia de polícia da localidade onde ocorreu o assalto contra si, procedendo da mesma forma Renato, que informou à autoridade policial a alfanumérica do táxi utilizado pela dupla de assaltantes. Na Av. Brasil, em um posto de gasolina próximo à Ilha do Governador, Mariano e Silvério vieram a ser presos em flagrante delito na posse de ambos os carros roubados. Os suspeitos foram imediatamente apresentados ao Juiz da Audiência de Custódia de Benfica, que, a pedido do Ministério Público, converteu a prisão em flagrante em preventiva, o que se deu no próprio dia 10/09/21. O inquérito policial instaurado em Petrópolis foi encaminhado ao Ministério Público, que, diante do reconhecimento fotográfico realizado pelo lesado por ocasião do R.O., requereu a prisão temporária dos indiciados, decretada no dia 15/09/21, enquanto o Ministério Público da Comarca de Magé denunciou Mariano e Silvério pelo crime praticado contra Renato, denúncia essa recebida no dia 20/09/21.

Pergunta-se: É possível a reunião dos processos? Por quê? Em caso afirmativo, qual seria o foro competente para o julgamento? Responda a questão, fundamentando-a e citando os dispositivos legais pertinentes.



VII – DIREITO DO CONSUMIDOR

1ª Questão - Valor: 4 (quatro) pontos

Olívia adquiriu, em um famoso supermercado, uma barra de chocolate juntamente com outros produtos alimentícios. Ao chegar em sua residência e abrir o chocolate, verificou que o produto apresentava larvas e, portanto, parecia estar estragado. Muito embora não tenha ingerido o produto, Olívia ajuíza ação em desfavor da fabricante do alimento, com pedido de indenização por danos morais, afirmando que o fato de o chocolate ter sido vendido com corpo estranho teria lhe acarretado danos extrapatrimoniais. Assiste razão à Olívia?

2ª Questão - Valor: 4 (quatro) pontos

Mariana realizou negócio jurídico com a operadora de plano de saúde Cobertura Total – Autogestão para fins de proteção futura em caso de doenças, cirurgias ou outras intervenções médicas. Após algum tempo de contrato, Mariana descobriu ser portadora de uma doença rara, ainda de cura desconhecida. O médico que a assistia indicou a utilização de um medicamento experimental para atenuar os sintomas, embora sem muitas evidências de sucesso no combate da doença. Mariana, então, faz o requerimento de custeio do medicamento ao plano de saúde, o qual é indeferido. Diante da negativa, Mariana ajuíza demanda em desfavor da operadora do plano de saúde Cobertura Total – Autogestão, pugnando pela condenação da ré ao fornecimento do medicamento e indenização por danos morais, por ser a recusa indevida aos olhos do CDC, já que o contrato teria cobertura para a doença que acomete a autora. A ré contesta o feito, pugnando, inicialmente, pelo afastamento do CDC do caso. No mais, afirma não ser obrigada a fornecer medicamento que não esteja no rol da ANS e, portanto, requer a improcedência dos pedidos iniciais. Houve a juntada da lista dos medicamentos aprovados pela ANS, onde não constava o medicamento indicado pelo médico da autora. Decida a questão.



VIII – LÍNGUA PORTUGUESA – REDAÇÃO – 20 (vinte) pontos

O transporte público no Brasil sempre foi alvo de muitas reclamações ao longo do tempo. Na maioria das vezes, as queixas referem-se ao fato de os veículos estarem sempre lotados, às condições ruins dos carros e à baixa qualidade dos serviços prestados. Tais problemas somaram-se à insatisfação popular com o aumento das passagens de ônibus em algumas capitais do Brasil. Mas os problemas parecem não se limitar a esses aspectos.

Afinal, o que fazer para melhorar nosso transporte público? Redija um texto dissertativo-argumentativo, entre 15 e 25 linhas, em língua culta, indicando possíveis medidas para o combate a esse problema. Não se esqueça de apoiar suas posições em argumentos convenientes.

Boa sorte!!!